

POLÍTICA

INDÚSTRIA DAS INDENIZAÇÕES

CPI vai propor suspensão de ações ambientais

Relatório defende paralisação de processos que já estão atre no Supremo

SILVIO BRESSAN

O relatório da CPI das Indenizações Ambientais, que será apresentado na quarta-feira, na Assembleia Legislativa, vai propor a suspensão por um ano de todos os processos desse tipo no Estado. No total, são 1.169 ações, das quais 114 viraram precatórios (dívidas judiciais). Embora representem apenas 1,8% dos credores, os precatórios ambientais consomem 60% dos créditos dos precatórios não-alimentares do governo paulista. São apenas 114 de um total de 6.420, mas já somam R\$ 3,3 bilhões dos R\$ 5,5 bilhões dessa dívida. Só 11 desses casos alcançam R\$ 1,4 bilhão.

Segundo estimativas do Ministério Público (MP), se o Estado perder todos os processos a conta pode chegar a US\$ 50 bilhões. Como a CPI constatou várias irregularidades na avaliação desses 11 casos maiores, o relator defende a paralisação de todos os processos. A proposta inclui até os casos que já estão no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF). "Se for preciso, vamos a Brasília sensibilizar o Judiciário para que suspenda esses julgamentos até o próximo ano", explica o relator da CPI, deputado Salvador Khuriyeh (PSB).

"Nesse período poderemos corrigir os critérios e métodos que levaram às superavaliações verificadas, evitando a repetição desses casos." Os processos que ficaram conhecidos como de indenização ambiental começaram na década de 80, depois que o governo de São Paulo decretou a criação de parques e áreas de preservação em propriedades particulares. Os donos promoveram ações contra o Estado, em processos longos que, em época de inflação alta, foram sendo ignorados.

Há cinco anos, já com o Plano Real, o rombo ficou tão grande que o governo e o Ministério Público resolveram investigar melhor o assunto. Levantamentos do MP e da Secretaria do Meio Ambiente constataram que a superavaliação de algumas áreas resultaram em valores até cem vezes maiores do

que o preço de mercado.

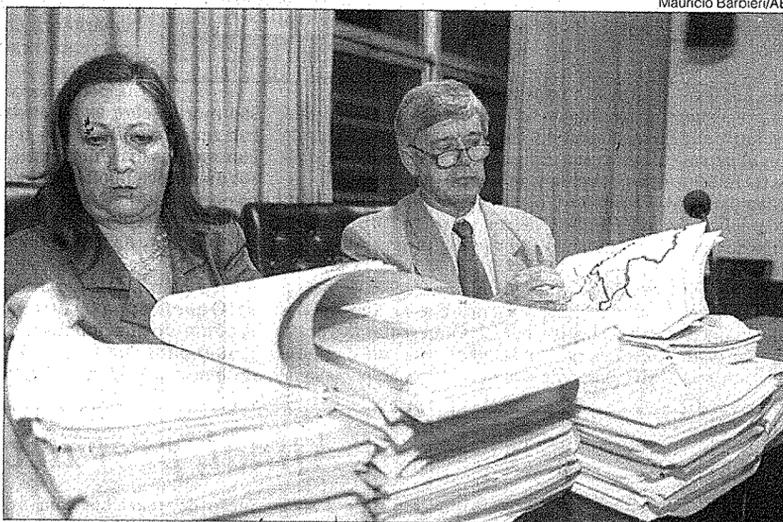
Segundo esses estudos, os peritos desconheciam títulos irregulares, avaliavam a área duas vezes (terra nua e cobertura vegetal), superestimavam a qualidade e a quantidade da madeira e ainda ignoravam a extrema dificuldade de acesso desses locais. O juiz não só aceitava esses argumentos, como concedia juros compensatórios para reparar prejuízos econômicos inexistentes. Depois de uma série de denúncias publicadas pelo Estado, no fim de 1999, a Assembleia resolveu criar uma CPI.

Além da suspensão dos processos, o relatório preliminar, ainda sujeito ao julgamento da comissão, vai sugerir um trabalho em conjunto dos órgãos do Executivo e do Judiciário para produzir um grande inventário de todas as terras do Estado. Em muitos processos avaliados pela CPI ficou constatada a sobreposição de áreas e a irregularidade dos títulos.

"Temos áreas que foram vendidas até oito vezes para donos diferentes", espanta-se o presidente da CPI, deputado Milton Flávio (PSDB). "Seriam necessários três Estados do tamanho de São Paulo para justificar todas as demandas." Por isso, a ideia agora é fazer um levantamento fundiário completo, com a ajuda de satélites e equipamentos de última geração, que serviria como ponto de partida para a reavaliação de todos os casos.

O relatório vai propor ainda a proibição de que um perito da parte (quem move ação contra o Estado) atue como perito do juiz em outro processo e vice-versa. Até agora essa tem sido uma prática comum entre os profissionais da área. Nas indenizações ambientais, cada lado conta com o trabalho de um perito, enquanto o juiz se vale de um terceiro profissional para uma análise imparcial.

Revezamento - O problema é que muitas vezes os técnicos se revezam nos papéis de peritos da parte e do juiz. Um dos casos clássicos é o do perito José Lasmar Filho, um engenheiro agrônomo que até a década de 80 levava uma vida modesta, mas que precisou de mais de cinco minutos e quatro páginas de taquigrafia para explicar seu patrimônio em depoimento à CPI. Lasmar trabalhou em 25 processos, "metade como perito judicial e metade como assis-

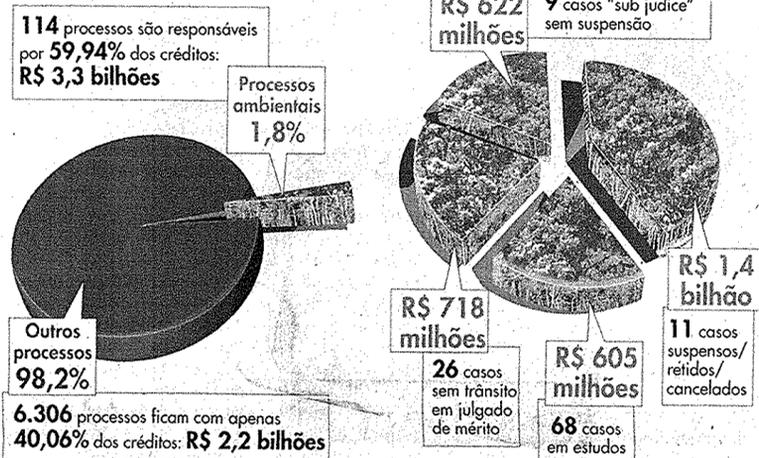


Milton Flávio e a secretária da CPI, Leda Valverde: comissão produziu 4 mil páginas de depoimentos

UMA FORTUNA PARA POUCOS

Entre os precatórios não alimentares de SP, os de natureza ambiental representam uma quantidade mínima, mas concentram a maior parte do bolo

Na divisão pela situação jurídica dos precatórios ambientais, apenas 11 dos 114 processos equivalem a quase metade do total dessa dívida



Fonte: Procuradoria Geral do Estado - dados de março de 2001

tente do autor", segundo ele. No seu caso mais famoso, obteve uma indenização de US\$ 75 milhões para uma área de 13 mil hectares em Ubatuba, avaliada em US\$ 2,4 milhões por técnicos da Secretaria do Meio Ambiente. Com juros e correções, o processo já ultrapassou R\$ 1 bilhão e hoje é considerado o maior precatório do País.

"Esse duplo papel do perito é uma coisa absurda e abre campo para uma relação promiscua e muito suspeita", considera o relator. "Quem já atuou como perito judicial não pode trabalhar para o proprietário. Da mesma forma, quem já defendeu a parte deve ser impedido

de trabalhar para o juiz." Também causou escândalo na CPI o fato de que, em alguns casos, o trabalho desse perito judicial tenha sido financiado pelo autor da ação, com evidentes prejuízos para o Estado.

A revelação foi feita pelo perito José Eduardo Narciso, que trabalhou em 60 processos de indenização ambiental. Por causa de um deles, aliás, Narciso responde a uma ação civil pública por improbidade administrativa. O Ministério Público acusa Narciso de superavaliar uma área no Parque do Jacupiranga, no Sul do Estado, pela qual é cobrada uma indenização de R\$ 368 milhões. Com juros e

correções, o montante pode chegar a mais de R\$ 1 bilhão, mas os promotores Paulo Penteado e Marcelo Daneluzzi, autores da ação, sustentam que não há quase nada para o Estado pagar nesse caso. "Parte da área estava fora do parque, outra já era do Estado e uma terceira está sendo paga em outro processo", afirma Penteado.

Em seu depoimento, Narciso disse que era comum o perito judicial seguir o inventário preparado pelo assistente da parte. Mais do que isso, admitiu que o juiz não tinha conhecimento do fato. O relator, no entanto, diz que, infelizmente, essa é uma regra normal. "Não deveria ser

assim, mas as custas do processo ficam por conta de quem promove a ação", justifica Khuriyeh. Por isso, o relatório também propõe que o perito judicial seja pago com verba própria do Judiciário. "Deve haver um fundo orçamentário para isso", propõe. "Depois, quem perder a ação paga essa despesa."

A visão do relator, contudo, não coincide com a do presidente da CPI, dos promotores, da Procuradoria-Geral do Estado e até de alguns juizes ouvidos pelo Estado. Segundo eles, o juiz teria de ser informado que seu perito, na verdade, se baseou em estudo pago pelo autor da ação. Durante o depoimento de Narciso, a procuradora Cláudia Cunha pediu para a CPI identificar posteriormente o caso e o juiz. "A defesa do Estado ficou prejudicada nesse caso e temos de levar isso ao conhecimento do mesmo juiz para ver se ele vai considerar o laudo da mesma forma."

Sem nomes - Embora a comissão tenha confirmado as suspeitas de superavaliação das áreas em muitos casos, o relatório não cita nomes de peritos, cartórios, advogados ou juizes. "Já que analisamos apenas 11 casos, seria temerário apontar meia dúzia de nomes, como se só esses fossem os responsáveis, e inocentar todas as pessoas que atuaram em mais de mil processos", justifica o relator.

Em vez disso, o relatório recomenda que o Ministério Público, a OAB e o Judiciário investiguem a atuação desses profissionais nos processos. "Vamos cobrar providências e, se elas não vierem, poderemos abrir outra CPI específica para investigar advogados e juizes", reforça o presidente da comissão. Ele também não poupa o Judiciário e o Executivo. "Seria impossível para meia dúzia de proprietários, advogados e peritos assaltarem dessa forma os cofres públicos sem a negligência dos juizes e do governo", argumenta Milton Flávio.

Já o relator, mais cauteloso, prefere acreditar na continuação das investigações. Depois de 13 meses de funcionamento e 29 sessões realizadas, quando recebeu 24 mil folhas de documentos, a comissão ouviu mais de 30 pessoas e produziu 4 mil páginas de depoimentos. Tudo isso foi resumido nas 66 páginas do relatório final e Khuriyeh tem certeza de que não foi um trabalho em vão. "As superavaliações já vinham sendo investigadas, mas ficaram comprovadas de forma absoluta", observa o deputado. "Com tudo o que está no relatório, não há como o Judiciário e o Ministério Público não tomarem providências."

Cresce sucesso do Estado na briga judicial

Índices de vitória na Justiça, que há 5 anos eram quase nulos, já chegam a 80%

A divulgação do relatório da CPI da Assembleia será mais uma boa notícia para o governo paulista, que nas últimas semanas vem obtendo vitórias importantes na luta contra a chamada "indústria das indenizações ambientais". De acordo com levantamento recente da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), os percentuais de vitórias no Judiciário, que há cinco anos eram próximos a zero, já chegam a 80% em alguns casos.

De acordo com a procuradora-geral do Estado, Rosali de Paula Lima, já se pode notar uma atitude diferente dos tribunais. "Finalmente começamos a ter indicadores concretos de que o Judiciário está mais sensível e atento ao assunto", afirma a procuradora.

Pelas projeções da PGE, o saldo da luta contra a "indústria das indenizações" já contabiliza uma eco-

nomia de R\$ 600 milhões até agora (processos que não viraram precatórios) e poderá alcançar até R\$ 3 bilhões nos próximos quatro anos. Todo esse resultado só foi possível, segundo a procuradora, porque houve um esforço conjunto entre o Ministério Público e vários órgãos do Executivo: PGE, Secretarias do Meio Ambiente, Justiça (Fundação Itesp), Ciência e Tecnologia (IPT e Universidades) e Agricultura (Instituto de Economia Agrícola).

Com o trabalho técnico desses institutos, o governo conseguiu reforçar sua defesa em processos que há alguns anos eram considerados perdidos. "Enquanto um Lasmar já utilizava satélite para suas perícias, o perito do Estado ainda usava fita métrica em lombo de burro", compara o subprocurador-geral, José Roberto de Moraes. "Com o equipamento desses órgãos, a situação mudou."

Depois de conseguir vencer os juizes de que em muitos casos houve superavaliação, a PGE está obtendo vitórias importantes em outros pontos considerados impossíveis, como a cobrança de juros compensatórios.

Até há poucos anos, essa instituição, que jamais figurou em lei alguma, era tida como um ponto indiscutível nos processos de indenização. Poucos juizes se atreviam a contrariar a regra e concediam juros a título de compensação, mesmo que o proprietário jamais tivesse condições de

explorar o local. No último dia 6, no entanto, o ministro Franciulli Neto, da segunda turma do STJ, aderiu à tese contra os juros, reduzindo uma indenização inicial de R\$ 40 milhões para R\$ 7,5 milhões. Os juros compensatórios que estavam fixados em R\$ 29 milhões em 1.ª instância caíram para R\$ 5,5 milhões.

A argumentação de Franciulli soou como música para a PGE e o MP. "Não se sustenta a tese de que o proprietário ficou impedido de explorar economicamente a extração de madeira", escreveu o juiz na sentença sobre uma área na Serra do Mar. "Uma vez que a topografia da região é montanhosa e a acessibilidade é nula, o aproveitamento econômico com a extração de madeira é absolutamente inviável, porque seria impossível escoar uma produção cujos custos seriam elevadíssimos."

Para o procurador Pedro Ubiratan Escorel, a economia de R\$ 24 milhões nesse caso é menos importante do que o princípio. "Esse precedente vai nos ajudar muito daqui para a frente", acredita. Apesar disso, a procuradora Roseli lembra que não se trata de defender "calote" como criticam os credores. "Queremos apenas pagar o valor justo, reduzir a fila de precatórios para que outros possam receber e devolver aos cofres públicos um dinheiro que faz falta em outras áreas." (S.B.)

ECONOMIA
JÁ CHEGA
A R\$ 600
MILHÕES